

Uma Abordagem da Imprensa Oitocentista Através da Análise do Discurso: O Caso do Jornal *O Povo* (1838-1840)¹

Camila Garcia KIELING²

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

RESUMO

O discurso presente nos periódicos oitocentistas pode provocar estranhamento ao leitor, dificultando sua decodificação. Produzidos sob uma lógica anterior ao modelo moderno de jornalismo, que busca objetividade e imparcialidade e também a separação entre informação e opinião, o que se encontra nos periódicos do século XIX são textos com linguagem muitas vezes virulenta, títulos diminutos, poucos recursos editoriais, mistura entre informação e opinião. Procuramos, neste artigo, apresentar a análise do discurso de Patrick Charaudeau como técnica que auxilia no desvelamento desse tipo de situação de comunicação, apresentando como exemplo uma análise do jornal *O Povo*, jornal oficial da República Rio-Grandense durante a Revolução Farroupilha (1835-1845), publicado entre 1838 e 1840.

PALAVRAS-CHAVE: história da imprensa; análise do discurso; imprensa oitocentista; jornal *O Povo*.

INTRODUÇÃO

O discurso presente nos periódicos oitocentistas pode provocar estranhamento ao leitor/pesquisador, dificultando sua decodificação. Produzidos sob uma lógica anterior ao modelo moderno de jornalismo, que busca objetividade e imparcialidade e também a separação entre informação e opinião (por mais que essa categorização seja questionável), o que se encontra nos periódicos do século XIX são textos com linguagem muitas vezes virulenta, títulos diminutos, poucos recursos editoriais, mistura de informação e opinião. Procuramos, neste artigo, apresentar a análise do discurso de Patrick Charaudeau como técnica que auxilia no desvelamento desse tipo de situação de comunicação, apresentando como exemplo uma análise do jornal *O Povo*.

Charaudeau (2008) entende o ato de linguagem como uma encenação. Trata-se de um ato interenunciativo entre sujeitos produtores e interlocutores de linguagem, “lugar de encontro imaginário de dois universos de discurso que não são idênticos” (2008, p. 45). A análise de um ato de linguagem deve dar conta não apenas dos produtores ou interlocutores, mas também os diferentes “possíveis interpretativos que surgem (ou se

¹ Trabalho apresentado na DT Jornalismo do XIII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Fames/PUCRS, e-mail: camila.kieling@gmail.com.

cristalizam) no ponto de encontro dos dois processos de produção e de interpretação” (2008, p. 63). Em síntese, a proposta teórica de Charaudeau conduz o pesquisador a responder às perguntas: Quem o texto faz falar? ou Quais sujeitos o texto faz falar?

Assim, entendemos que sua proposta de análise serve adequadamente à compreensão dos discursos presentes na imprensa oitocentista, pois estimula o pesquisador a: investigar as particularidades dos múltiplos interlocutores que aparecem nas páginas desses periódicos; preocupar-se com os possíveis interpretativos que resultam desse encontro; abarcar o papel do próprio pesquisador na cristalização dos sentidos.

Para sustentar a proposta, estruturamos este artigo em três partes: na introdução, apresentamos nosso problema, o objetivo e o objeto de análise que servirá de exemplo de aplicação da técnica; em seguida, explicamos alguns aspectos centrais da análise do discurso de Charaudeau (2006 e 2008); por fim, utilizamos a técnica para analisar a situação (ou “as situações”) de comunicação presentes no jornal *O Povo*.

O Povo foi primeiro periódico oficial da República Rio-Grandense, o governo que dominou parte do território da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul durante a Revolução Farroupilha (1835-1845), conflito que surge no contexto de diferentes revoltas das províncias periféricas durante o período regencial, que tem começo com a abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831. A renúncia do monarca foi o ato extremo resultado de uma série de fatores, entre eles a inflação e o aumento no custo de vida que colocaram elites, classe média e o povo em geral do mesmo lado.

Com a renúncia, os interesses se dividiam sobre como dar continuidade ao processo político no Brasil: “Havia basicamente três respostas [para a revolução]: negar (absolutistas ou ultramonarquistas), completar e encerrar (vertente conservadora do liberalismo) e continuar (vertente revolucionária do liberalismo)” (MOREL, 2003, p. 21). Três partidos disputavam o poder: Partido Restaurador (ou Caramuru), que defendia a volta de D. Pedro I e a instalação do absolutismo; Partido Liberal Moderado (Chimango), representante da aristocracia rural, que defendia a monarquia escravista, ou seja, o liberalismo moderado das elites; e o Partido Liberal Exaltado (Jurujubas ou Farroupilhas), que propunha de forma mais veemente a liberdade das províncias (SILVA, 1992).

O confronto entre farrapos e legalistas ocorreu também através dos jornais. Apesar de incipiente (o primeiro jornal da província, o *Diário de Porto Alegre*, data de 1827), a imprensa sul-rio-grandense também representou a grande agitação política do período regencial brasileiro: “As publicações periódicas serviam então às duas causas em

conflito, pois tanto farroupilhas quanto legalistas organizaram uma série de periódicos através dos quais defendiam suas ideias e atacavam-se mutuamente” (ALVES, 2000, p. 19).

O *Povo* foi o mais longo periódico oficial da República Rio-Grandense. Circulou entre 1838 e 1840, e começou a ser editado na cidade de Piratini, somando 160 edições. Os equipamentos necessários para a impressão foram comprados pelo Ministro da Fazenda Domingos José de Almeida, com o produto da venda de 17 escravos (HARTMANN, 2002). O primeiro redator d'O *Povo* foi Luiz Rossetti, um italiano refugiado no Brasil, partidário do movimento Jovem Itália, que pretendia a unificação de seu país. De acordo com Riopardense de Macedo (1994), o italiano ajudou a produzir uma “propaganda republicana de bom nível que já ensaiava críticas aos processos próprios da burguesia” (p. 7).

Apresentados os objetivos e o objeto de estudo deste artigo, passamos aos principais conceitos da análise do discurso proposta por Charaudeau (2006 e 2008).

ANÁLISE DO DISCURSO

Para sedimentar sua proposta de análise do discurso, Patrick Charaudeau (2008) tensiona diferentes vertentes do pensamento linguístico, evidenciando duas grandes tendências na abordagem da linguagem:

- uma que se caracteriza por sua concepção de *linguagem-objeto-transparente*, por seu método de *atividade de abstração*, e se interessa por *do que* nos fala a linguagem;
- outra se caracteriza por sua concepção de *linguagem-objeto-não-transparente*, por seu método de *atividade de elucidação*, e se interessa por *como* nos fala a linguagem (CHARAUDEAU, 2008, p. 20).

Por um lado, temos a linguagem em uma situação de comunicação neutra, com emissor e receptor ideais, esgotando sua significação em si mesma. Essas teorias buscam *do que* fala a linguagem, ou seja, *qual é o mundo já organizado que se encontra por trás dela*.

Por outro lado, outras abordagens entendem que o ato de linguagem não se esgota em seu significado, ligando-se ao contexto sociohistórico e constituindo um jogo entre *implícitos* e *explícitos*. Os seres da fala (emissor e receptor) são definidos em suas *diferenças*. Aqui, a análise baseia-se na atividade de *elucidação*, que joga com a manifestação languageira e o contexto, entre o sujeito coletivo e o individual, interessando-se em *como* fala a linguagem, ou seja, *como a significação é significada*.

Ao expor essas tendências, o autor alerta para a importância de integrá-las em uma mesma problemática, pois a linguagem é marcada pelos selos da *discordância* e da *concordância* (2008, p. 20):

O mundo não é dado a princípio. Ele se faz através da estratégia humana de significação. O método seguido deverá então ser duplo: elucidante do ponto de vista do *como* e abstratizante do ponto de vista do *do quê* (2008, p. 21).

A produção de sentido depende do jogo entre o explícito e o implícito. O explícito aparece como uma superfície repleta de lacunas que, quando combinado (ou preenchido) pelo implícito, tratando das condições de produção e interpretação da linguagem, tem completada a sua significação.

A significação está sujeita a um *conjunto de possíveis interpretativos*, sugeridos pelo contexto. Isso ressalta dois aspectos das condições de produção e interpretação do ato de linguagem: a partilha de saberes entre seus protagonistas; e o saber que esses sujeitos comunicantes supõem existir entre eles, ou seja, os *filtros construtores de sentido*.

A interpretação é definida por Charaudeau (2008) como um *processo de criação de hipóteses*. Os sujeitos interpretantes e enunciadores estão a todo tempo criando suposições sobre seus pontos de vista em relação aos enunciados. Isso evidencia a falta de transparência dos processos comunicativos e a importância do “ambiente material pertinente para a codificação ou a decodificação” (p. 31). Para explicitar essa questão, o autor apresenta um exemplo divertido:

Se uma pessoa sentada em um bar pede “uma caipirinha” e se o garçom do bar lhe traz uma bebida (e não uma pessoa do sexo feminino, vinda da roça, o que seria inverossímil, é claro) não é porque o ambiente material se impõe a esses dois interlocutores, mas porque o *contrato de comunicação* que os liga faz com que partilhem um mesmo ponto de vista. Portanto, são as *Circunstâncias de discurso* (vistas como um conjunto de saberes partilhados) que comandam o ambiente material e não o inverso (CHARAUDEAU, 2008, p. 32 – grifos do autor).

Dado que a significação não é autônoma (depende das *circunstâncias de discurso*), Charaudeau (2008) problematiza a questão do signo e sugere que, nessa linha de raciocínio, o signo, como forma autônoma de sentido, não existe na *língua*, somente no *discurso*. Mas como não é possível negar que as palavras, mesmo fora do discurso, têm significado (os dicionários estão aí para comprovar), o autor propõe o exame da questão do duplo valor do signo: as faces da *qualificação referencial* e da *funcionalidade*.

Esses elementos contribuem para algumas constantes de sentido que se constroem, e que vão sedimentando um certo saber metacultural sobre os signos. A essas *constantes* se somam às *circunstâncias* de produção e interpretação. A complexidade da discussão sobre o signo justifica a rejeição do autor à clássica oposição entre denotação e conotação, preferindo a expressão *marca linguística* no lugar de *significado*.

Baseado nas hipóteses e apostas feitas pelos sujeitos enunciador e interpretante, Charaudeau define o *ato de linguagem* como uma *encenação*. Trata-se de um ato *inter-enunciativo* entre quatro sujeitos, “lugar de encontro imaginário de dois universos de discurso que não são idênticos” (2008, p. 45). Designa o EU como o sujeito *produtor* do ato de linguagem e o TU como sujeito *interlocutor* desse ato de linguagem, da seguinte forma:

EUc = sujeito comunicante. É um sujeito agente que se institui como *locutor e articulador da fala*, organizando o ato de linguagem. É testemunha de um determinado *real* ligado ao seu universo de discurso.

EUe = sujeito enunciador. É uma imagem de enunciador construída pelo sujeito *produtor da fala* e representa seu traço de intencionalidade no ato de produção. É responsável por um certo *efeito de discurso* no *sujeito interpretante* (TUi), mas, ao mesmo tempo, depende da imagem de fala construída por este para existir.

Assim, entendemos que o EUe é uma espécie de “máscara” de discurso utilizada pelo EUc. Assim, EUc pode utilizar, de acordo com sua *estratégia*, uma relação de maior transparência ou maior ocultação com EUe.

Charaudeau ilustra essa relação com um exemplo bastante contundente:

Vamos relatar agora uma pequena experiência: mostramos esta frase a um grupo de pessoas: “Não se mendiga seu direito. O direito é obtido através de uma luta digna”. Em seguida, pedimos às pessoas que imaginassem – pois, no processo de interpretação a imaginação tem lugar de destaque – qual seria a posição político-ideológica do autor da supracitada frase. Repetimos a experiência com públicos diferentes e obtivemos as seguintes respostas:

“É uma pessoa que pertence a um grupo oprimido.”

“É um militante sindicalista.”

“É um homem de esquerda.”

“É um revolucionário.”

“É um partidário da luta armada pelos direitos do trabalhador.”

Em seguida, revelamos que a frase é uma adaptação de um aforismo de...

Hitler (CHARAUDEAU, 2008, p. 49-50).

A experiência demonstra que “um texto interpretado fora de suas circunstâncias de produção induz à construção de uma imagem do EU que responde às referências

sociolinguageiras de cada indivíduo” (p. 50). Assim, o sujeito interlocutor pode criar suas hipóteses baseado apenas na máscara, no *efeito de discurso* produzido por EUe. Isso coloca em xeque a noção de autoria, já que o autor encobre esse duplo sujeito, comunicador e enunciador. Da mesma forma, o EUc, o produtor da fala, também deve sua existência ao conhecimento que o interlocutor tem dele: “Assim, uma mesma fala poderá ser interpretada como ‘provocadora’, ‘demagógica’, ‘denunciadora’ e/ou ‘irônica’ (...)” (p. 51).

TUd = sujeito destinatário. É o interlocutor fabricado pelo EU como *destinatário ideal*, adequado a seu ato de enunciação, de acordo com as circunstâncias de discurso e com o contrato de comunicação. Encontra-se em uma relação de *transparência* com a intencionalidade do EU.

TUi = sujeito interpretante. É responsável pelo processo de interpretação que *escapa do domínio do EU*. Encontra-se em uma relação de *opacidade* com a intencionalidade do EU. Esquemáticamente, o autor apresenta sua teoria neste quadro:

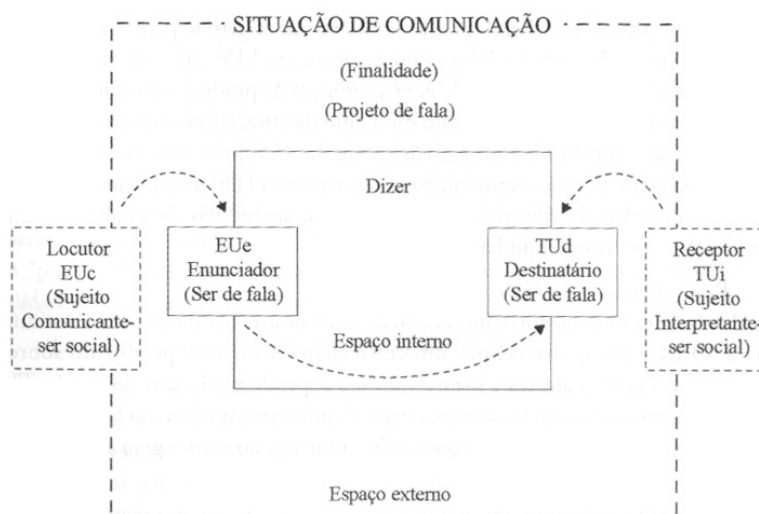


Figura 1: **Situação de Comunicação** (CHARAUDEAU, 2008, p. 52).

No espaço externo está o contexto “real”. O ambiente interno abriga os imaginários, os ideais de comunicação. O sucesso na empreitada de comunicar depende da maior ou menor coincidência entre TUi e TUd. Para ser bem-sucedido na empreitada comunicacional, o sujeito comunicador utiliza *contratos* e *estratégias*.

A noção de *contrato* pressupõe que os sujeitos pertencem a um mesmo corpo de práticas sociais e estão de acordo com as representações linguageiras das mesmas. O contrato de comunicação determina os protagonistas da linguagem em sua dupla existência de agentes e sujeitos da fala. O contrato pode deixar transparecer as estratégias de poder

existentes na sociedade, num jogo de ser e de parecer do estatuto social dos sujeitos da ação linguageira (CHARAUDEAU, 2008).

As *estratégias* aparecem na concepção, organização e encenação empreendidas pelo sujeito comunicante no intuito de produzir determinados efeitos nos sujeitos interlocutores. As estratégias podem variar entre dois extremos: a fabricação de *uma imagem de real* como um lugar da verdade, com força de lei; e a fabricação de uma *imagem de ficção*, como um lugar de identificação e que apela para o imaginário dos sujeitos.

Mesmo lançando mão dos *contratos* e *estratégias*, a produção linguageira está sempre submetida à revisão do interlocutor. Isso, somado a fatores subconscientes que podem deixar transparecer elementos impensados ou indesejados na fala do sujeito produtor, traz à tona a dimensão do *imprevisível* no ato de linguagem.

Fica claro que “todo ato de linguagem depende de um contrato de comunicação que sobredetermina, em parte, os protagonistas da linguagem em sua dupla existência de sujeitos agentes e de sujeitos de fala” (CHARAUDEAU, 2008, p. 61). Assim, o autor acredita ser possível abordar a questão linguageira tanto em seus aspectos sociológicos quanto psicológicos:

Em nossa concepção, as estratégias de poder exercidas em uma sociedade são o resultado de *um jogo de ser e de parecer* entre o estatuto social dos sujeitos do circuito comunicativo (EUc/TUi) e o estatuto linguageiro dos sujeitos que a manifestação linguageira constrói (EUe/TUd) (CHARAUDEAU, 2008, p. 62 – grifos do autor).

Aos analistas e pesquisadores, Charadeau explica que não se pode querer dar conta da totalidade das intenções do sujeito comunicante. Mas será que a pesquisa se restringe a uma questão de interpretação? Para o autor, esse problema não existe, pois a análise de um ato de linguagem deve dar conta não apenas dos produtores ou interlocutores, mas também dos diferentes “*possíveis interpretativos* que surgem (ou se cristalizam) no ponto de encontro dos dois processos de produção e de interpretação” (2008, p. 63). Em síntese, a proposta teórica do autor instiga o pesquisador a responder às perguntas: *Quem o texto faz falar?* ou *Quais sujeitos o texto faz falar?*

Avaliamos, assim, que a técnica de análise do discurso de Charadeau mostra-se bastante adequada à análise da imprensa oitocentista. Ela dá conta da complexidade de questões fundamentais e recorrentes na abordagem desse tipo de objeto, como: situar informação e opinião, especialmente em textos de cunho fortemente político; identificar os

sujeitos comunicantes e compreender a relação que se estabelece entre o “real” e a máscara enunciativa; entender as estratégias envolvidas na situação de comunicação; analisar os *possíveis interpretativos* resultantes dos processos de produção e interpretação.

O POVO E A SITUAÇÃO DE COMUNICAÇÃO

Para Charaudeau (2008), a significação não é autônoma: ela depende de *circunstâncias de discurso* particulares, que configuram, em determinados contextos, *constantes de sentido*. Para entendermos a significação do discurso presente no jornal *O Povo*, tratamos de definir os elementos que compõem a sua *situação de comunicação*.

A *situação de comunicação* nasce de circunstâncias de discurso específicas, de um jogo de implícitos e explícitos numa encenação entre EU (sujeito produtor do ato de linguagem) e TU (sujeito interlocutor do ato de linguagem).

O EUc, ou sujeito comunicante, é o agente que se institui como *locutor e articulador da fala*, organizando o ato de linguagem. É testemunha de um determinado *real*, ligado ao seu universo de discurso. Já o EUe, ou sujeito enunciador, configura a imagem de enunciador construída pelo sujeito *produtor da fala* e representa seu traço de intencionalidade no ato de produção. É responsável pela produção de um certo *efeito de discurso* no *sujeito interpretante* (TUi), mas, ao mesmo tempo, depende da imagem de fala construída por este para existir. No caso específico d’*O Povo*, ocorre uma mistura entre esses dois sujeitos que se configura, linguisticamente, pelo frequente uso da primeira pessoa do plural, o *nós*, nos textos.

Com base nas informações disponíveis sobre a organização da redação em seus momentos iniciais, poderíamos simplesmente afirmar que o EUc era Luiz Rossetti, redator do jornal, e EUe, a máscara discursiva, o Governo da República Rio Grandense (o cabeçalho trazia, na primeira página, a informação: “Este periódico é de propriedade do Governo”, ou mais tarde, “da Tipografia Republicana”). Em correspondência, o Ministro Domingos José de Almeida pedia que “se dirigissem a Luiz Rossetti, o redator do jornal” (BONES, 1996, p. 77). O comportamento *elocutivo* da publicação, pretendendo sempre “revelar o ponto de vista do autor” (CHARAUDEAU, 2008, p. 82), acaba por tornar aparente o relacionamento estreito entre os sujeitos produtores da fala.

Assim, entendemos que o redator do jornal estava alinhado com os mesmos ideais do Governo Republicano, idealizador e patrocinador da publicação. Almeida, também em correspondência, afirmou: “O jornal é do governo e precisa parecer que tudo

sai de seu laboratório” (BONES, 1996, p. 77), afirmação que torna claro que havia uma preocupação com a coesão ideológica dos textos publicados. Para aprofundar ainda mais o entendimento sobre os sujeitos produtores da fala, cabe distinguirmos três diferentes situações de produção que aparecem no jornal *O Povo*: os textos de despacho, os textos do próprio jornal e as transcrições de publicações contemporâneas.

Em grande parte, *O Povo* constituiu-se da reprodução de textos de despacho burocrático, como ofícios, ordens do dia, comunicados e editais. Esses textos, assinados por funcionários do Governo ou oficiais do Exército, informavam decisões e ações administrativas ou militares, e, evidentemente, também estavam engajados no projeto Republicano. É importante ressaltar que, nesse caso, fica aparente a função do jornal como instrumento de coesão administrativa, em sua face ministerial, já que a publicação pretendia informar as ações do Governo aos diferentes municípios que se alinharam com a República, como: organização de coletorias, definição do valor de impostos, recolhimento da moeda de cobre, compra de insumos ao Exército, etc. De ordem eminentemente prática, esse tipo de texto apresenta comportamento *alocutivo* (CHARAUDEAU, 2008), ou seja, há influência do locutor sobre o interlocutor. Assim, os diferentes responsáveis pelas ordens, destacando-se Ministros como Domingos José de Almeida, Serafim Joaquim de Alencastre e José da Silva Brandão, além do Vice-Presidente José Mariano de Mattos e do próprio Presidente Bento Gonçalves da Silva, desempenham o papel de EUC, o elemento ligado à realidade dos fatos e assumem, ao mesmo tempo, a legitimidade pela máscara enunciativa do jornal, EUe, que explicita que aquela é uma fala do governo.

Em uma segunda situação, *O Povo* manifesta-se como redação, através de textos não assinados, mas formulados na primeira pessoa do plural. Nesse sentido, o leitor não conhece o EUC, tendo acesso apenas a sua máscara enunciativa, ou seja, a República Rio-Grandense. Na atualidade, esses textos corresponderiam aos Editoriais, o espaço onde a fala é, explicitamente, da empresa jornalística que *banca* a publicação.

N’*O Povo*, houve, no princípio, a influência do EUC, Luiz Rossetti, na produção de alguns desses textos, o que gerou descontentamento no EUe, o Governo, que não se sentiu adequadamente representado no seu espaço de fala, ou seja: o discurso, mesmo que oficioso, acaba por incluir *falhas*, dissidências, paradoxos e, principalmente, omissões, que, percebidas pelo leitor ou pelo pesquisador, dão espaço a interpretações diferentes daquelas sugeridas pelo texto. Algumas ideias da Jovem Itália, consideradas avançadas demais para os liberais farroupilhas, foram logo colocadas de lado. O *Prospecto*,

texto de abertura do jornal, afirma que um dos objetivos centrais da publicação era o de “propagar entre o Povo doutrinas essencialmente *democráticas*” (*O Povo*, n. 1 p. 1, grifo nosso). No entendimento da Jovem Itália, na noção de *povo* estavam incluídas as classes inferiores. Na concepção liberal do governo republicano, “só uma elite bem dotada estava capacitada a mandar” (FLORES, 1978, p. 59). Ao mesmo tempo, a República precisava se defender das acusações de falta de democracia em seu governo, afinal, a excessiva centralização era uma das principais críticas dos rio-grandenses em relação ao Império. O verniz democrático pareceu uma boa saída para atenuar, ao menos discursivamente, e num primeiro momento, a concentração das decisões dos revolucionários. Em correspondência ao amigo Giovanni Batista Cunneo, onde comenta os bastidores da publicação do primeiro número d’*O Povo*, Rosseti afirma: “Não querem nem que se mencione a ideia de uma ditadura, já que necessitam sustentar-se dos decretos ditatoriais” (BONES, 1996, p. 104).

Foi a questão da importância dada ao *povo* que provocou a saída de Rossetti da redação. A gota d’água foi uma briga com o revisor, que alterou a frase “o povo é invencível, eterno e onipotente como Deus”, considerando-a herética, para “O povo é invencível e um dia que não está longe vos pedirá a conta de vossos delitos” (BONES, 1996, p. 108). Na correspondência em que justifica seu pedido de demissão a Domingos José de Almeida, o italiano argumenta que a ignorância e o pedantismo do cadete responsável pela revisão foram responsáveis por uma interpretação religiosa de sua “fraseologia poética e política usada por todos os escritores do mundo e em nada religiosa” (ROSSETTI apud BONES, 1996, p. 109).

Em um terceiro momento, *O Povo* incorpora a fala de outros periódicos, inclusive legalistas, transcrevendo textos de jornais de locais e de posicionamentos políticos diversos, como *Aurora Fluminense*, *O Parlamentar*, *O Despertador*, *O Carapuceiro*, *Jornal do Comércio*, *Sete de Abril*, *O Filho do Sete de Abril*, *O Cidadão*, *O Imperialista* e *O Nacional* (Montevidéu). Aqui, ocorre uma duplicação da situação de comunicação, ou seja: *O Povo* assume em suas páginas textos que foram concebidos originalmente por outros sujeitos produtores de fala, em outros contextos. No caso de textos de doutrina contrária à republicana, o que ocorre é a adição de comentários críticos, irônicos e mesmo jocosos da redação, através de notas de rodapé ou em parágrafos separados. Ocorre, ainda, a publicação de cartas privadas, interceptadas antes de chegarem aos seus destinos, e também a reprodução de trechos de textos importantes da época, como as *Cartas de Americus* e a obra *Scienza della Legislazione*, de Gaetano Filangieri.

Na edição 139, o jornal publica três ofícios assinados pelo então presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Saturnino de Souza e Oliveira, em que critica as taxas de comercialização do gado pelo “Governo rebelde”. Sob o título “Exterior”, um parágrafo introdutório d’*O Povo* cita a fonte das peças, o jornal *O Imperialista*, de Porto Alegre, n. 45, e procura orientar a interpretação dos leitores, afirmando que “por elas conhecerão os nossos leitores qual o espírito de civilização que domina o humano legalista” (*O Povo*, n. 139, p. 585). Aqui, há um caso exemplar da multiplicidade de sujeitos enunciadores que aparecem no jornal. No parágrafo introdutório, fala o redator d’*O Povo*, revestido com sua máscara legitimadora, o Governo da República Rio-Grandense. Nos ofícios reproduzidos, a fala é do inimigo: o EUC é o Presidente da Província, representante da intencionalidade do Império Brasileiro (EUE). Configura-se uma situação peculiar: mesmo que o parágrafo introdutório tente orientar a leitura dos ofícios para uma interpretação pró-Republicana, que condena os atos do Império, a leitura das peças permite que o leitor tenha acesso aos argumentos do inimigo e, eventualmente, venha a concluir que, realmente, os farrapos não tinham o direito de recolher impostos, por constituírem, nas palavras de Saturnino, um “Governo rebelde”, que atua através de um “intitulado decreto” e que impõe o “clamor e vexame que sofrem os habitantes da campanha pelos prejuízos que tem tido por não poderem dar extração a seus gados” (p. 585).

Desta forma, queremos mostrar que há, n’*O Povo*, uma diversidade de fontes ligadas ao *contexto real*, mas por sua configuração política, a máscara do enunciador, a ideologia liberal e republicana, é sempre forte, configurando a *intencionalidade* da publicação. Assim, é importante que o interlocutor que pesquisa o periódico atente para as informações que indicam a procedência dos textos, a fim de que não crie hipóteses baseado apenas na máscara, no *efeito de discurso* produzido por EUE.

Chegamos, então, à esfera interpretativa, onde os outros dois sujeitos completam a situação de comunicação proposta por Charaudeau (2008). São eles: TUD, sujeito destinatário, e TUI, sujeito interpretante. Como vimos, o TUD é o interlocutor fabricado pelo EU como *destinatário ideal*, adequado a seu ato de enunciação, de acordo com as circunstâncias de discurso e com o *contrato* de comunicação. Já o TUI é responsável pelo processo de interpretação que *escapa do domínio do EU* (CHARAUDEAU, 2008).

São escassos os dados sobre a tiragem, distribuição e número de leitores d’*O Povo*. Rüdiger (1998) informa que, naquela época, a tiragem média dos periódicos era de 400 exemplares. Sabemos, pelo panorama traçado por Flores (2002), que a educação

pública era precária, quando inexistente, na República Rio-Grandense, e que somente uma pequena parte da população era alfabetizada. Além disso, as cidades com maior potencial de leitores, por serem centros comerciais com um número maior de habitantes de classe média, como Porto Alegre, São José do Norte e Rio Grande, mantiveram-se fiéis ao Império. Hartmann (2002) afirma que “os chefes farrapos concluíram pela necessidade de ter um órgão de imprensa, capaz de levar às várias outras cidades dominadas por suas tropas e aos oficiais que elas comandavam, as principais notícias do que ocorria na República” (p. 45). Nesta interpretação, sobressai a função ministerial do periódico, que contribuiu para a coesão das ações administrativas do governo republicano.

A leitura do próprio jornal oferece mais detalhes sobre os sujeitos interlocutores, tanto aqueles imaginados pelos responsáveis pela publicação (TUd), quanto as reações adversas, que escapam do domínio do enunciador (TUi). *O Povo* pretendia que seus leitores fossem *educados*, doutrinados com as *mais luminosas verdades*, como afirma já no primeiro número, no texto *Prospecto*, que revela mais informações sobre o contrato que o periódico pretendeu estabelecer com seu leitor:

Do que temos até aqui expendido aparece rigorosa uma consequência da qual nós não podemos de nenhuma maneira subtrairmos: esta é a de excluir de nossas colunas qualquer correspondência ou comunicado que não esteja em perfeita harmonia com nossas doutrinas.

[...] O jornalista, enfim, para não ser inferior nem a sua missão, nem a nossa época, deve ser essencialmente *Educador* (*O Povo*, n.1, p. 1 e 2, grifo no original).

Assim, entendemos que o leitor ideal imaginado pelos editores era aquele que congregava os ideais liberais e republicanos e que era simpático à doutrina dos comandantes da Revolução. Ao mesmo tempo, em outros momentos, o jornal parece ceder maior espaço à interpretação do leitor.

O texto intitulado “O Povo! O Povo!”, transcrito do *Jovem Itália*, aponta a ignorância do povo como um fator importante da inexistência de uma maior liberdade e da sua subjugação aos desmandos das “castas privilegiadas” (n. 5, p. 20). No final dessa primeira parte do texto (publicado em duas etapas, nos números 5 e 6), o sujeito produtor da fala afirma: “Estamos convencidos que não todos os nossos leitores serão desconformes de nossa opinião” (p. 20). No número 8, em um Comunicado que exalta a conquista de 20 de Setembro e compara as atitudes dos Republicanos e do Império em relação ao importante tema da Justiça, chamam mais uma vez a interpretação do leitor: “Deixamos aos nossos leitores as reflexões e considerações sobre um tal julgamento” (*O Povo*, n. 8, p. 34). No

texto “Reflexões do Redator” (*O Povo*, n. 56, p. 233-234), comentam-se trechos retirados de publicações legalistas e critica-se a administração do Império. Após expressar sua opinião, o texto considera a autonomia do leitor: “Sobrados Dados terão os nossos Leitores ainda os menos refletidos para formarem a sua Opinião sobre as circunstâncias Políticas e estado atual do moribundo Império do Brasil” (p. 234).

Ao lado do leitor ideal, que corrobora o pensamento republicano, os responsáveis pela publicação d’*O Povo* também tinham consciência de que o inimigo tinha acesso ao material e que, assim como sua propaganda pudesse arrematar alguma simpatia, também poderia depor contra seus próprios intentos. A 15 de outubro de 1838, em ofício publicado pelo *Campeão da Legalidade* e transcrito n’*O Povo*, a Província de São Pedro solicita que sejam monitorados e punidos os cidadãos que apareçam com exemplares do periódico dos revolucionários:

Tendo aparecido nesta Capital vários números de um Periódico intitulado – O Povo –, escrito e publicado pelos rebeldes em Piratini, e sendo sua introdução não só prejudicial à magna causa da legalidade, como também contrária às terminantes ordens de S. Ex. o Sr. Presidente da Província, transmitidas a V. S. em Ofício de 30 de junho do corrente ano, cumpre portanto de ordem do mesmo Exm. Sr. Que V. S. pesquisando com o maior escrúpulo quais as pessoas que apareceram com semelhantes papéis, saiba delas de quem os houveram, para que a estas sejam aplicáveis as penas recomendadas no sobredito Ofício (*O Povo*, n. 48, p. 197).

O redator d’*O Povo*, ao comentar o ofício, afirma, em tom jocoso: “O nosso Jornal teve a honra do Anátema” (p. 197) e aproveita para criticar as restrições impostas pelo Império, utilizando uma dicotomia que aparece diversas vezes em seu discurso: a *ilustração* e as *luzes* da República versus a *escuridão* e a *ignorância* do Império. Ao mesmo tempo, relativiza o poder da imprensa na revolução: “fazeis calar a imprensa e apressais a vossa queda. Além disso, acreditais vós que a grande revolução que lavra vosso poder, que vos acomete de todos os lados, depende da débil voz de um jornalista? Não somos nós, não é a nossa mal cortada pena que abala o único trono da América” (p. 198).

Mais que estimular a censura à propaganda política republicana, os responsáveis por *O Povo* tinham a noção de que a publicação ministerial também poderia prejudicar os movimentos da guerra. Em sua última edição (160), o jornal comenta a dificuldade em conciliar a missão de informar o público com o risco de vazarem informações que comprometessem as movimentações do exército farroupilha em Taquari, divulgando informações que servissem ao inimigo, revelando um tipo de *estratégia* de comunicação:

O Governo era regularmente informado dos movimentos do inimigo e das manobras do nosso exército. O bom êxito da empresa deste dependia, em grande parte, de não deixar transpirar o mais mínimo indício de quanto o General da República participava sobre este objeto ao governo. Ora, colocados na difícil posição, entre a possibilidade de comprometer com alguma palavra imprudente a vitória que deve dar-nos em resultado a terminação da guerra, e o deixar ignorar tudo à Nação sobre uma questão em que se trata da sua existência, preferimos expormo-nos a merecer a tacha de *proseadores*, mas satisfazer em parte à pública expectativa, confortando-a a esperar, antes que deixá-la em uma muda obscuridade e na dúvida absoluta, para fazer jus depois ao fácil e estéril mérito de *prudentes* (*O Povo*, n. 160, p. 674).

Assim, fica nítida a consciência que os responsáveis pela publicação tinham em não apenas criticar e se contrapor aos legalistas, ao público que apoiava a revolução, mas se preocupavam com a audiência em geral, o público, no sentido de controlar as informações que os pudessem desfavorecer na guerra.

A participação direta dos leitores também revela algumas facetas dos interlocutores d'*O Povo*. Em sua maioria, as correspondências corroboram as teses do jornal e muitas vezes contribuem com informações sobre eventos ocorridos nas Vilas distantes da Capital. Elas são, na maior parte, assinadas com iniciais ou de forma anônima, como: “um leitor”, “amigo angustiado”, “republicano de coração”, “um seu assinante”, “um seu patrício”, etc. Os mais atentos também corrigem o redator, como no caso do Sr. José Tieté Jardim, que escreve para alertar sobre a data de morte publicada na biografia de José Manoel de Lima e Silva, afirmando que o correto é dia 18 de agosto de 1837, e não a 29 de agosto (*O Povo*, n. 123 p. 520).

Na edição 137 e na seguinte, a troca de correspondências se dá em um tom mais acirrado, por causa da repercussão das decisões tomadas na reunião do Conselho de Procuradores, ocorrida em Caçapava, em dezembro de 1838. Tudo começa com a carta do Procurador Geral José Carvalho Bernardes, que corrige a informação publicada n'*O Povo* de que a votação teria sido unânime na aprovação da medida que determinou o arremate e venda dos bens dos dissidentes, pois ele mesmo votou contra. A correspondência gera indignação de um outro leitor (n. 138, p. 584), que assina apenas “seu assinante”, e afirma que o referido Procurador deveria “remeter ao esquecimento” o seu voto.

A análise dos dados apresentados até aqui dá a entender a multiplicidade das *condições de interpretação* do jornal. Os *efeitos supostos*, marcados pela *intencionalidade* da fala dos produtores do discurso foram, em parte, confirmados na instância do *alvo* do jornal, no intuito de divulgar os atos administrativos do governo e propagar doutrina republicana. Por outro lado, sua circulação provocou não apenas os *efeitos supostos*, e

atingiu o público em geral, produzindo efeitos interpretativos fora da sua *intenção*, como no caso da censura em Porto Alegre. Assim, encontramos, através do texto do jornal, alguns dos *possíveis interpretativos*, as vozes consonantes ou dissidentes das “testemunhas das práticas sociais que caracterizam um grupo ou uma comunidade humana” (CHARAUDEAU, 2008, p. 63).

Da análise da situação de comunicação, percebemos que os textos presentes n’*O Povo* fazem falar diversas vozes, e não apenas a oficial, apesar das *estratégias* utilizadas pela publicação para fazer sobressair a máscara do sujeito enunciador, o Governo da República Rio-Grandense, principalmente nos textos do seu *laboratório*, como pretendia Domingos José de Almeida. Ao transcrever trechos de publicações contemporâneas e publicar anúncios, correspondências e variedades, *O Povo* deu espaço aos discursos de outras testemunhas da realidade social, diferentes daquelas vinculadas aos ideais dos comandantes farrapos. Assim, entendemos que a análise do discurso, tal como proposta por Charaudeau, é uma rica ferramenta para análise dos periódicos oitocentistas, possibilitando uma visão abrangente da situação de comunicação e auxiliando o pesquisador a descobrir *quem o texto faz falar*.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Francisco das Neves. **Imprensa gaúcha: História, historiografia & política**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal de Rio Grande, 2000.
- BONES, Elmar e REVERBEL, Carlos. **Luiz Rossetti: O editor sem rosto e outros aspectos da imprensa no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Copesul/L&PM, 1996.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. **Linguagem e discurso: Modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2008.
- FLORES, Moacyr. **Modelo Político dos Farrapos**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1978.
- _____. **República Rio-Grandense: Realidade e utopia**. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.
- HARTMANN, Ivar. **Aspectos da guerra dos farrapos**. Novo Hamburgo: Feevale, 2002.
- MACEDO, Francisco Riopardense de. **Imprensa farroupilha**. Porto Alegre: IEL/Edipucrs, 1994.
- MOREL, Marco. **O período das regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- O POVO. Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. **Documentos interessantes para o estudo da grande revolução de 1835-1845**. Porto Alegre: Dep. de História Nacional, 1930.
- RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.
- SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1992.